



Gazeta Mercantil – 21 Mai 2003

Empresas pedem respeito às regras

São Paulo, 21 de Maio de 2003 - Segundo executivos do setor, falta de clareza na aplicação das normas afugenta investimentos. Representantes das empresas que atuam no setor elétrico e de entidades dos segmentos de geração e distribuição elegeram o desrespeito às regras estabelecidas para o setor, em especial a criada para garantir o equilíbrio econômico-financeiro das empresas, como o principal fator que está freando os investimentos necessário para garantir a expansão da oferta a médio prazo. Este foi o ponto central das discussões no Seminário "Regulação do Setor Elétrico - Desafios e Propostas de Mudanças", realizado ontem na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Eaesp/SP).

Apesar do atual excesso de oferta de energia, os empresários pediram mais clareza na aplicação das regras que regem as concessões, para atrair investimentos que garantam a expansão da capacidade de geração a médio prazo. **O representante da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales, disse que é preciso resolver a dicotomia atual: sobra de energia no curto prazo (no máximo até 2005) e falta de investimentos para atender as necessidades no médio prazo.**

"De 1995 para cá, os 15 maiores investidores privados em energia destinaram US\$ 30 bilhões para o setor elétrico brasileiro, mas têm obtido resultados cada vez piores", disse. "As perdas acumuladas do setor já chegam a R\$ 32,9 bilhões."

Eduardo Bernini, presidente do grupo português EDP, deu um exemplo prático de como a mudança nas regras prejudica as empresas. Pelas regras de revisão tarifária estabelecidas pela própria Aneel, a Enersul, distribuidora do Mato Grosso do Sul controlada pela EDP, o índice de reajuste seria de 42,26%. No entanto, embora a própria agência reguladora reconhecesse este índice, decidiu aplicar outra correção, de 32,59% e jogar a diferença para os próximos quatro anos.

"Não há nada na lei prevendo a postergação do índice definido na revisão. Mesmo assim, a decisão da Aneel foi tomada e retirou dos cofres da empresa R\$ 170 milhões", diz. Outra crítica do presidente da EDP é em relação à empresa modelo que a Aneel usa para calcular os reajustes. "A empresa virtual que a agência definiu não tem relação com nenhuma outra do setor." Com este outro equívoco da agência, segundo Eduardo Bernini, a Enersul perdeu mais R\$ 24 milhões.

Outro entrave para a solução dos problemas de retorno do capital investido é a dificuldade em se aumentar as tarifas para os consumidores. A desoneração das tarifas foi apontada como instrumento fundamental para resolver o impasse. **Segundo Claudio Sales, apenas 27% da tarifa vai para a distribuidora cobrir seus custos. O restante é para pagar impostos, taxas, contribuições e a energia comprada das geradoras. A legalidade da cobrança do ICMS, por exemplo, é questionada por todos. "O S do imposto, segundo a Constituição, se refere a serviço de transporte, o que não é o caso das distribuidoras e, portanto, não deveria ser cobrado", diz o presidente da CBIEE.**

Bagunça regulatória

No caso específico da CPFL, que atua no interior paulista e tem 12% do mercado nacional de energia, a situação é ainda pior. "O consumidor, ao reclamar dos reajustes, deveria ficar só 22% bravo com a CPFL, que é, de fato, o que recebemos da tarifa", brincou o representante da empresa, Paulo César Tavares.

Tavares, também representante da Associação Brasileira de Comercializadores de Energia (Abraceel) chegou a chamar de "bagunça regulatória" o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Aneel. "Eles têm, por lei, até 45 dias para autorizar um contrato de comercialização de energia, mas demoram meses sem nenhuma explicação plausível", disse. Segundo ele, a Aneel tem se valido de simples notas técnicas para mudar as regras do jogo.



Do ponto de vista das geradoras, o principal problema levantado foi em relação à sobra de energia. Silvio Areco, diretor da Cesp e da Associação Brasileira das Geradoras (Abrage), propôs ações que aumentem o consumo, por meio de um programa racional e equilibrado. Embora não seja partidário da idéia de compra do excedente a fundo perdido, reconhece que seria uma boa solução no curto prazo.

Já a manutenção da liberação dos contratos iniciais - de 25% este ano e outros 25% ao ano até 2006 -, foi defendida. Segundo Silvio Areco, 10% das indústrias já optaram por contratar livremente sua energia com redução de até 35% nos custos, melhorando sua competitividade.

(Gazeta Mercantil/Caderno A7)(Jiane Carvalho)

bel, VBC Energia
